
Escola Ensina, Família Educa e sociedade acredita: os boatos envolvendo o papel da escola e da família¹

Juliana Rosa TOSTES²

Miguel QUESSADA³

Instituto Federal Sul de Minas, Passos, MG

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo abordar os boatos que imperam no papel da escola/família e a temática da educação. Os protagonistas do processo educativo veem as relações entre teoria e prática, assim como as implicações dessas perspectivas para a prática pedagógica. Objetivou-se também desmistificar ideologias que dificultam a parceria escola/família prejudicando o trabalho de ambas, em especial ao boato divulgado de que escola ensina e família educa. Dessa maneira procurou-se por meio de evidências presentes na literatura libertarem-se desses preconceitos nocivos que impedem o crescimento da sociedade e conseqüentemente a formação de sujeitos críticos, além de trabalhar a AMI (Alfabetização Midiática e Informacional) como alternativa para combater os boatos surgidos na esfera educacional.

PALAVRAS-CHAVE: educação infantil; boatos; AMI; BNCC

1. INTRODUÇÃO

DiFonso (2009) classifica os boatos como afirmações sobre informações não verificadas que circulam em relação a assuntos que pessoas consideram importantes; surgem em situações de ambigüidade, ameaça real ou potencial e são usados por pessoas que tentam compreender ou gerenciar riscos. Para o autor, são atos de comunicação. As pessoas aceitam qualquer tipo de informação não apenas por serem ingênuas, mas por alimentar as relações sociais e fortalecer as opiniões anteriores. Os boatos são classificados pela tensão emocional que provocam três tipos sensações: esperança, medo e ódio. E o que o autor chama de viés negativo é o responsável para a tendência humana dar mais crédito a uma informação negativa do que uma positiva. Na política, os boatos têm o propósito de justificar o preconceito em relação ao grupo rival.

¹ Trabalho apresentado na DT 6 – Interfaces Comunicacionais do XXIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 3 a 5 de junho de 2019.

² Aluna da pós-graduação do curso de Mídias e Educação do IF Sul de Minas, e-mail: jrosatostes@yahoo.com.br.

³ Especialista em Mídias e Educação do IF Sul de Minas, e-mail: miquessada@yahoo.com.br

E não pode cair na ingenuidade de acreditar que as pessoas que compartilham boatos são ingênuas ou desprovidas de inteligência. A Internet preparou o caminho para a disseminação de boatos desprovidos de fundamento, mas também permitiu às pessoas a possibilidade de verificarem os fatos.

Apesar de não usar o conceito de viés de confirmação, DiFonzo atribui que as pessoas compartilham o boato porque "ele está em consonância com os sentimentos, ideias, atitudes, estereótipos, preconceitos, opiniões ou condutas dos ouvintes de forma que o ouvinte está em uma condição favorável à aceitação do boato" (p. 120). Já Sundar (2018) explica que o fenômeno psicológico do viés da confirmação corresponde à tendência inata de acreditar em informações que confirmam ou correspondam às nossas crenças ou concepções. Diferentemente dos jornalistas, que procuram distintos lados de uma história, os consumidores de notícias são impulsionados pelo desejo de preservar o próprio ego, facilitando assim a crença em boatos que se adaptam às suas convicções.

Iasbeck (2000) defende que é um equívoco querer descobrir a origem de um boato, uma vez que sua própria característica é estar desprovido de um lugar de origem. A sua circulação ocorre de modo difuso e coletivo e vai crescendo com as narrativas individuais. Apesar de considerar difícil a origem de um boato, é possível descobrir o ambiente em que ele foi criado. Ao citar Kapferer (1998), ele explica que os boatos correm devido à forma em que é narrado e pela sua natureza informal, o que cria um elo de cumplicidade e se constitui como um fator de coesão social, ganhando convencimento a cada poder de repetição.

Movimentos como Escola Sem Partido e Escola Ensina, Família Educa trazem à tona o papel da escola na educação da criança e muitas vezes são permeados de boatos que são facilmente refutados pela própria história da educação. O objetivo desse trabalho é se valer dessa literatura para mostrar alguns equívocos encontrados. A metodologia utilizada foi a Pesquisa Bibliográfica. Esse método tem como base o levantamento de informações a partir do suporte escrito, que pode ser composto de livros, revistas científicas, documentos, etc. O primeiro passo para a realização desse estudo foi pesquisar livros e artigos na Biblioteca e em bases de dados da internet. Em seguida, a partir da leitura desses textos, foi feita uma triagem daquilo que seria efetivamente utilizado na pesquisa. Os textos selecionados foram estruturados e analisados a partir do objetivo de estudo para que os boatos envolvendo a educação fossem desmistificados baseados na literatura educacional.

2. A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

Durante muitos anos, a educação infantil esteve sob encargo exclusivo da família, porque se acreditou que era por meio do convívio com os adultos e outras crianças que ela participava das tradições e aprendia as normas e regras da sua cultura. Na sociedade contemporânea, por sua vez, a criança tem a oportunidade de desfrutar da convivência de um ambiente de socialização, convivendo e aprendendo sobre sua cultura mediante diferentes interações com seus pares (MARCILIO, 1997).

Com o progresso da industrialização que por sua vez culminou no aumento das mulheres no mercado de trabalho, aumentou então a procura pelo serviço das instituições de atendimento à infância. Os movimentos feministas que iniciaram nos Estados Unidos tiveram papel especial na revisão do significado das instituições de atendimento à criança, porque as feministas mudaram seu enfoque, defendendo a hipótese de que tanto as creches como as pré-escolas deveriam atender a todas as mulheres, independentemente de sua necessidade de trabalho ou condição financeira. Esse movimento resultou no aumento do número de instituições mantidas e geridas pelo poder público (DIDONET, 2001).

Dessa maneira observa-se que até o final dos anos 70, pouco se fez em termos de legislação que garantisse o oferecimento desse nível de ensino. Sendo assim, no início dos anos 80, diferentes setores da sociedade, interligaram forças com o objetivo de conscientizar a sociedade sobre o direito da criança a uma educação de qualidade desde o nascimento. Do ponto de vista histórico, foi preciso quase um século para que a criança tivesse garantido seu direito à educação na legislação, direito esse efetivamente reconhecido com a criação da Constituição de 1988 (SAVIANI, 1997).

Nesse sentido pode-se citar além da Constituição de 1988, do Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, que, ao tratar da composição dos níveis escolares, incluiu a educação infantil como primeira etapa da Educação Básica. Essa Lei define que a finalidade da educação infantil é oportunizar o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 1996).

Desse modo, verifica-se um grande avanço no que diz respeito aos direitos da criança, uma vez que a educação infantil, além de ser considerada a primeira etapa da Educação Básica, embora não obrigatória, é um direito da criança e tem o objetivo de

proporcionar condições adequadas para o desenvolvimento do bem-estar infantil e a ampliação de suas experiências (FERREIRA, 2000). Frente a essa perspectiva, três importantes objetivos, ficaram definidos:

Objetivo Social: associado à questão da mulher enquanto participante da vida social, econômica, cultural e política;

Objetivo Educativo: organizado para promover a construção de novos conhecimentos e habilidades da criança;

Objetivo Político: associado à formação da cidadania infantil, a criança tem o direito de falar e de ouvir, de colaborar e de respeitar e ser respeitada pelos outros.

De acordo com o Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil, o papel do professor é propiciar situações de cuidado, brincadeiras e aprendizagem orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis. Portanto, o educador é a peça fundamental no processo de ensino e aprendizagem, tornando-se essencial na Educação Infantil (BRASIL, 1998).

Dessa maneira, ao pensarmos na participação ativa da criança nesse processo, devem ser previamente considerados os seus interesses e necessidades, tendo o educador a clara visão que ele é o grande responsável pelo desenvolvimento individual de cada criança. É importante que o professor articule suas atividades de forma integrada, conforme a realidade sociocultural de cada criança, seu estágio de desenvolvimento e o processo de construção de conhecimento, valorizando sua carga cultural que cada uma traz consigo (OLIVEIRA, 1992).

Nesse sentido, o professor deve possuir uma bagagem que se adicione ao seu conhecimento para reproduzir essas atividades na escola com as crianças de uma maneira pedagógica e intencional. O professor deve participar e propor atividades que promovam uma solução e participação de todo o grupo, sendo mediador e incentivador de suas propostas (BAQUERO, 1998).

Enfim não podemos deixar de destacar a importância do profissional que se dispõe a seguir a carreira da educação ter consciência da sua influência no avanço da criança. Acredita-se que o professor seja a base da pirâmide da sociedade, tendo com ele um poder que nenhum outro profissional possui. As crianças buscam nos professores o que lhes falta em casa, sendo que grande parte delas não possuem sequer carinho e atenção dos pais ou responsáveis (OLIVEIRA, 1992).

3. A IMPORTÂNCIA DO QUE SE APRENDE NA ESCOLA

Para fazer a transposição do conhecimento do conteúdo específico para a sala de aula, conhecer os alunos é fundamental, posto que as suas aprendizagens dependem de experiências prévias, de sua relação com o saber e do contexto em que vivem é um dos autores que destaca essa importância de aprender as particularidades dos alunos (COZER, 2003).

Sendo assim escola e família dividem a tarefa de organizar crianças e jovens para a implantação crítica, participativa e proveitosa na sociedade, mas se contrariam nas de ensinar. A escola por sua vez tem a função de favorecer a aprendizagem dos conhecimentos concebidos pela humanidade e valorizados pela sociedade em um dado momento histórico, de ampliar as possibilidades de convivência social e de legitimar uma ordem social (OLIVEIRA, 1994).

Nesse sentido a família, tem tido a tarefa de promover a socialização das crianças, estabelecendo condições para seu desenvolvimento, o que inclui a aprendizagem de padrões comportamentais, atitudinais e valores aceitos pela sociedade em geral e pela comunidade a que pertencem. Assim, apesar de os objetivos serem distintos, eles se interpenetram (LÓPEZ, 2002).

Portanto, escola e família mudam de configuração e de objetivos no decorrer do tempo. A escola brasileira, entretanto, parece ter dificuldade de aceitar as alterações sociais e familiares e de incorporar as novas demandas da sociedade no desenvolvimento de seus papéis e de seu trabalho, embora esse processo de mudança não seja tão recente (COZER, 2003).

Como os professores são elementos-chave do processo ensino-aprendizagem e, portanto, das ações escolares, incluindo aquelas relativas às interações estabelecidas entre a escola e as famílias, defende-se que tenham oportunidade de construir novos conhecimentos sobre os alunos e suas famílias para que possam realizar um ensino voltado para a aprendizagem de todos os estudantes (KRAMER, 1994).

4. FAMÍLIA E ESCOLA PARCEIRAS NO PROCESSO EDUCACIONAL

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/96) em seu artigo 12 envolve as obrigações da família como uma das responsáveis pelo progresso educacional da criança, bem como a escola em criar situações de parceria com a família, além de mantê-la informada sobre sua proposta pedagógica e outras informações relevantes.

Desta forma, verifica-se que a educação pode e deve ocorrer, tanto no lar como em outras instituições, como na escola e no trabalho. Sabe-se também que a mesma é atribuição tanto do poder público como da família. Atualmente, graças à legislação, as resistências estão sendo combatidas para que a família e escola concordem a se aliarem nas decisões pedagógicas, o que acaba favorecendo a educação dos estudantes, principalmente daqueles que instigam os docentes, exigindo deles maior dedicação e resolução de conflitos (PAROLIN, 2007).

Portanto a família na maioria das vezes quer acompanhar a da aprendizagem da criança, e também o tipo de educação que lhe é provida na escola. Em decorrência disso, ambas podem se conectar e trabalhar a favor do processo ensino-aprendizagem da criança. Numa escola onde a democracia seja apoiada o exercício da cidadania seja uma realidade, torna-se primordial a participação da família. Desta forma, percebe-se a relevância do envolvimento da família na ação pedagógica da escola (LIBANEO, 2003).

Nesse sentido é fundamental pensar na influência exercida de um ser para outro, e ao mesmo tempo pensar na promoção de um aprendizado intelectual. Trata-se de um processo sem qualquer forma de coação, pois o educador apela para a vontade do educando e conquista a sua adesão. Educar é, pois, elevar, estimular a busca da perfeição, despertar a consciência, facilitar o progresso integral do ser. Sendo assim, o processo educativo é sempre uma relação de indivíduo para indivíduo (FREITAS, 1999).

Considera-se que a escola mediante um trabalho educativo, demonstra a possibilidade de constituir-se em um espaço de superação das necessidades e problemas através da aplicação de projetos pedagógicos que venham favorecer a valorização tanto da informação como da formação de seus educandos. Resgatando os conhecimentos acumulados, construindo novos conceitos e desenvolvendo o ato de pensar e construir sobre o mundo. Mas é na escola que também se trabalha os valores e a ética. Por isto,

repensar o papel da escola e a importância da qualidade implica mudanças nas características pessoais e profissionais das pessoas envolvidas e comprometidas com a educação (ARIES, 1986)

É possível observar que o desenvolvimento de uma organização escolar se dá por meio do desempenho e da atitude de pessoas em direção a uma gestão da própria escola. Nesse sentido, é imprescindível aumentar o índice de participação das pessoas nas atividades escolares e tornar a escola como uma Instituição autônoma e democrática (RUBINSTEIN, 1999).

É notório que o envolvimento da família no processo educacional da criança melhora a imagem da escola e o seu vínculo com a comunidade. Tal envolvimento significa uma educação de sucesso apoiada na parceria: escola-família, já que não se aprende só na escola. Nesta, aprende-se a aprender, mas para aprender o indivíduo deverá ser estimulado por um meio ambiente favorável, sendo que é na família que os alunos adquirem os modelos de comportamentos que exteriorizam na sala de aula (LÓPEZ, 2002).

A missão que a escola desempenha hoje para a sociedade é complexa, pois ela auxilia na formação social do educando garantindo que ele exerça sua cidadania, isso ocorre porque as estruturas mais fortes infelizmente organizam-se para favorecer e atender pessoas, as consciências são levadas por aquilo que fica parecendo geral ao mundo, tornando-se inquestionável e aprovado pelo senso comum. A escola por si só não faz a transformação que a sociedade necessita, mas uma educação crítica e libertadora e um dos instrumentos necessários ao veículo de forças transformadoras do trabalho de formação de seres com consciências críticas. Dessa maneira torna-se essencial um novo fazer educativo que transcenda uma educação ingênua e incapaz de produzir críticas que por sua vez reproduz a exclusão social (CHALITA, 2001).

4. A AMI A SERVIÇO DA BNCC E DA EDUCAÇÃO

A AMI – Alfabetização Midiática e Informacional (MIL) é defendida pela UNESCO que elaborou um guia para que os professores alfabetizem informacional e midiaticamente e que essa alfabetização seja apresentada aos alunos, visto que há diferentes formas de alfabetização, e a AMI é apenas mais uma delas. É bom lembrar que Freire (1982) já assinalava que a alfabetização deveria ultrapassar os limites da pura decodificação da palavra escrita, além de ser um ato político e de conhecimento.

O analfabeto midiático é classificado como o mais insensato de todos, visto que sem questionar, falando e repetindo o que ouviu, sem ter discernimento usa as redes sociais para condenar o mundo ao disseminar ideias preconceituosas e interpretar os fatos com a ingenuidade de quem não sabe quem o manipula (VICENZI, 2013).

Em seu Guia de AMI, a UNESCO (2013) defende que as competências que são adquiridas pela AMI equipam os cidadãos com habilidades de raciocínio crítico de forma que eles consumam serviços de alta qualidade de mídias e de outros provedores de informação. É preciso que alguns requisitos sejam garantidos para usufruir os benefícios da AMI, a saber:

A fim de usufruir dos benefícios da AMI, são necessários os seguintes requisitos. 1. a alfabetização midiática e informacional deve ser considerada como um todo e deve incluir uma combinação de competências (conhecimentos, habilidades e atitudes); 2. o currículo da AMI deve permitir que os professores ensinem a alfabetização midiática e informacional aos alunos com o objetivo de prover-lhes as ferramentas essenciais para que eles possam engajar-se junto às mídias e aos canais de informação como jovens cidadãos autônomos e racionais; 3. os cidadãos devem ter conhecimentos sobre a localização e o consumo de informações, bem como sobre a produção de informações; 4. as mulheres, os homens e os grupos marginalizados, como as pessoas com deficiências, os povos indígenas ou as minorias étnicas, devem ter acesso igualitário à informação e ao conhecimento; 5. a AMI deve ser vista como uma ferramenta essencial para facilitar o diálogo intercultural, a compreensão mútua e a compreensão cultural entre os povos.

Ao conhecer a origem da informação e os meios com que ela é produzida, o usuário consegue diferenciar notícia falsa de boato, além de usufruir de mecanismos de busca. Nesse artigo, o mecanismo de busca utilizado foi a BNCC. Documento norteador, a Base Nacional Comum Curricular define o conjunto “orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo que tenham assegurados

seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento em conformidade com o PNE” (BNCC 2017). Ao trabalhar com competências, a BNCC age para transformação da sociedade de modo a torná-la mais humana e socialmente justa; articulando na “construção de conhecimentos, no desenvolvimento de habilidades e na formação de atitudes e valores, nos termos da LDB”.

Os objetivos estão estruturados por meio de um código alfanumérico de oito dígitos e quatro grupos para EI e EF e até 10 dígitos e quatro grupos para o EM. Os dois primeiros dígitos referem à etapa da educação básica. (EI – Educação Infantil, EF – Ensino Fundamental e EM – Ensino Médio). Já o segundo par de dígitos difere para cada etapa da educação. Para a EI, o par de números está relacionado à faixa etária da seguinte forma: 01= Bebês (zero a 1 ano e seis meses); 02= crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses); 03= crianças pequenas (4 anos a 5 anos e 11 meses). Para o EF, o primeiro par de números refere-se ao ano (01 a 09) ou ainda ao bloco de anos que uma habilidade é desenvolvida. No EM, a referência é pelos anos que as habilidades são desenvolvidas (13). O terceiro par de letras também traz um significado diferente para cada etapa. Na EI, é a abreviação de um dos cinco campos de experiências que devem ser trabalhados. No EF diz respeito ao componente curricular ao passo que no EM, as três letras diz respeito à área ou componente curricular. E por fim, o último grupo está relacionado à posição em que se encontram as habilidades sem significar nenhuma hierarquia.

Para exemplificar, será utilizado um código que se coaduna com esse trabalho uma vez que trata – mesmo sem usar a nomenclatura – do campo da alfabetização midiática e informacional: (EM13LP39) Usar procedimentos de checagem de fatos noticiados e fotos publicadas (verificar/avaliar veículo, fonte, data e local da publicação, autoria, URL, formatação; comparar diferentes fontes; consultar ferramentas e sites checadores etc.), de forma a combater a proliferação de notícias falsas (fake news). Neste caso, o código permite saber que trata do Ensino Médio (EM), que a habilidade pode ser desenvolvida ao longo dos três anos (13) no componente curricular de Língua Portuguesa (LP), ocupando a numeração sequencial de número 39.

Uma vez entendido esse conceito, será apresentada uma tabela com boatos propagados na educação e de como a própria BNCC se mostra contrária ao que é divulgado.

<p>É em casa que as crianças devem aprender a dizer: Bom dia, boa tarde, boa noite, por favor, com licença, me desculpe, me perdoe, muito obrigado, grato, errei.</p>	<p>(EI02EO06) Respeitar regras básicas de convívio social nas interações e brincadeiras.</p>
<p>É em casa que também se aprende: Ser honesto, ser pontual, não xingar, ser solidário, respeitar a todos: amigos, colegas, idosos, professores e autoridades.</p>	<p>(EI03EO07) Usar estratégias pautadas no respeito mútuo para lidar com conflitos nas interações com crianças e adultos.</p>
<p>Também é em casa que se aprende: A comer de tudo, a não falar de boca cheia, a ter higiene pessoal, a não jogar lixo no chão, ajudar os pais nas tarefas diárias, a não pegar o que é seu.</p>	<p>(EI01EO05) Reconhecer seu corpo e expressar suas sensações em momentos de alimentação, higiene, brincadeira e descanso. (EF01CI03) Discutir as razões pelas quais os hábitos de higiene do corpo (lavar as mãos antes de comer, escovar os dentes, limpar os olhos, o nariz etc.) são necessários para a manutenção da saúde.</p>
<p>Ainda é em casa que se aprende: A ser organizado, a cuidar das suas coisas, não mexer nas coisas dos outros, respeitar regras, usos e costumes, Amar a Deus</p>	<p>(EI02EO03) Compartilhar os objetos e os espaços com crianças da mesma faixa etária e adultos.</p>
<p>Porque na escola os professores devem ensinar: Matemática, português, história, geografia, língua estrangeira, ciências, química, física, biologia, filosofia, sociologia, educação física e artes. E apenas reforçam o que o aluno aprendeu em casa.</p>	<p>A BNCC apesar de reconhecer os componentes curriculares, ela está estruturada de forma completamente oposta ao pensamento descartiano.</p>
<p>Na Escola não se aprende sobre:</p>	<p>(EF09HI28) Identificar e analisar aspectos da</p>

<p>Sexo, Ideologia de gênero, Ativismo LGBT, Comunismo, Esquerdismo, Islamismo</p>	<p>Guerra Fria, seus principais conflitos e as tensões geopolíticas no interior dos blocos liderados por soviéticos e estadunidenses.</p> <p>(EF08CI08) Analisar e explicar as transformações que ocorrem na puberdade considerando a atuação dos hormônios sexuais e do sistema nervoso.</p> <p>(EF08CI09) Comparar o modo de ação e a eficácia dos diversos métodos contraceptivos e justificar a necessidade de compartilhar a responsabilidade na escolha e na utilização do método mais adequado à prevenção da gravidez precoce e indesejada e de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST).</p> <p>(EF08CI10) Identificar os principais sintomas, modos de transmissão e tratamento de algumas DST (com ênfase na AIDS), e discutir estratégias e métodos de prevenção. (EF08CI11) Selecionar argumentos que evidenciem as múltiplas dimensões da sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética).</p> <p>(EF05ER01) Identificar e respeitar acontecimentos sagrados de diferentes culturas e tradições religiosas como recurso para preservar a memória.</p> <p>(EF06ER02) Reconhecer e valorizar a diversidade de textos religiosos escritos (textos do Budismo, Cristianismo, Espiritismo, Hinduísmo, Islamismo, Judaísmo, entre outros).</p>
<p>Porque com o que se aprendeu em casa respeita-se tudo e todos.</p> <p>Uma campanha contra a inversão de valores e a favor da família e de um mundo melhor. Repassem a todos os seus contatos. Lutemos todos pelas famílias</p>	<p>(EF01HI07) Identificar mudanças e permanências nas formas de organização familiar.</p>

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse artigo apresentou algumas constatações e problematizações que envolvem o tema boatos aplicado à educação. A pesquisa mostrou como a defesa da ideia de que a Escola Ensina e Família Educa vem de encontro às leis e aos estudos que regem a educação, uma vez que não há suporte na legislação educacional para tal premissa. A dissociação do papel que a escola e família exercem na criança é mais um de vários mitos que permeiam a Educação, em especial a infantil. Junto a essa a falsa dissociação também pode citar a visão de que as creches funcionam com órgão de assistencialismo para pais que necessitam de um lugar para deixar os seus filhos e não como um direito da criança. Boatos de que a educação infantil não é importante, visto que as crianças apenas “brincam” e de que professores nessa fase não são tão importantes como os docentes do ensino fundamental e médio – refletido inclusive nos salários – apenas diminuem o papel do professor de educação infantil e reforça em sua figura a visão já ultrapassada de apenas um transmissor de conhecimentos. Dar crédito a essa falácia é negar a realidade socioeconômica brasileira em que os alunos – muitas vezes – têm apenas na escola o suporte para educação e negar também o papel das instituições que abrigam crianças que tiveram que ser recolhidas do seio familiar.

Portanto, firma-se a relevância desta pesquisa para a Educação e de como ela é importante para o magistério, já que esse boato é transmitido não apenas pelos pais, mas por professores e instituições de ensino que, por ignorância da legislação e do papel do docente, negam a função social do professor. A AMI mostra eficiente porque empodera o cidadão a fim de identificar um boato veiculado na mídia digital e fornece competências para que o usuário – alfabetizado informacional e alfabeticamente – avalie de forma crítica todo conteúdo que é divulgado em mídia social, reforçando assim a necessidade constante de diálogo entre os campos da Comunicação e Educação. E por fim, o trabalho reconhece tal como rege a Constituição de que a educação é um direito compartilhado entre Estado e família tendo a colaboração da sociedade. Se por um lado, a sociedade sem informação atua para espalhar boatos, por outro lado, cabe a sociedade informatizada colaborar com a educação e disseminar informações que neutralizem os boatos e eduquem para cidadania.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, C. **A linguagem do afeto: como ensinar virtudes e transmitir valores**. Campinas, São Paulo. Papirus, 2005.
- ARIÉS, P. **História Social da Criança e da Família**. 2º ed. Rio de Janeiro : Guanabara, 1986.
- BAQUERO, R. **Vygotsky e a aprendizagem escolar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
- BRANDÃO DA LUZ, J. H. **A imaginação e a criatividade na teoria piagetiana do desenvolvimento da inteligência**. Educação e Realidade. Porto Alegre, 19 (1): 61-70, jan./jun. 1994.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental **Parâmetros Curriculares Nacionais**./ Secretaria de Educação Fundamental – Brasília : MEC/SEF, 1997.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil/** – Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base**. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017.
- CHALITA, G. Educação: **A solução está no afeto**. São Paulo: Gente, 2001.
- COZER, R. C. **A visão da escola sobre a interação com as famílias dos alunos: o cenário das primeiras séries do ensino fundamental**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2003.
- DIDONET, V. Creche: a que veio, para onde vai. In: **Educação Infantil: a creche, um bom começo**. Em Aberto/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. v 18, n. 73. Brasília, 2001.
- DiFONZO, N. **O Poder dos boatos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
- FERREIRA, M. **Os fazeres na educação infantil**. São Paulo: Cortez, 2000.
- FREIRE P. **Pedagogia da Autonomia Saberes Necessários a Prática Educativa**. São Paulo : Paz e Terra, 1996.
- FREITAS, H.C.L. **A reforma do ensino superior no campo da formação dos profissionais da educação básica: as políticas educacionais e o movimento dos educadores**. Educ. Soc., Campinas, v. 20, n. 69, p. 17-44, 1999.
- GRIZZLE, A. *et al.* **Media and Information Literacy - Policy and Strategy Guidelines**. UNESCO, Paris, 2013.

IASBECK, L. C. A. **Os boatos – Além e aquém da notícia.** Facom/UFJF - v.3, n.2, p.11-26, 2000.

KISHIMOTO, T.M. **Política de formação profissional para a educação infantil: pedagogia enormal superior.** Educ. Soc., Campinas, v. 20, n. 69, p. 61-79, 1999.

Kramer, S. Currículo de educação infantil e a formação dos profissionais de creche e pré-escola. In: Brasil.MEC/SEF /COEDI. **Por uma política de formação de profissionais de educação infantil.** Brasília, 1994.

LIBÂNEO, J. C. *et al.* **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização.** São Paulo: Cortez, 2003.

LÓPEZ, J. S. **Educação na família e na escola.** São Paulo: Loyola, 2002.

MARCÍLIO, M. L. A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil. In: FREITAS, M. C. **História social da infância no Brasil.** São Paulo: Cortez, 1997.

OLIVEIRA, Z. M. R. **Creches: Crianças, faz de conta & Cia.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.

OLIVEIRA, Z. M. R. (1994). A Universidade na formação dos profissionais de educação infantil. In: Brasil.MEC/SEF /COEDI. **Por uma política de formação de profissionais de educação infantil.** Brasília, 1994.

PAROLIN, I. C. H. **Pais e Educadores: quem tem tempo de educar?** Porto Alegre: Mediação, 2007.

RUBINSTEIN, E. **Psicopedagogia uma prática, diferentes estilos.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

SAVIANI, D. **A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas.** Campinas: Autores Associados, 1997.

SUNDAR, S. **Entrevista concedida à VEJA.** São Paulo: Abril, edição 2565, ano 51, n. 3, 17 de janeiro de 2018.

SUTHERLAND, P. **O desenvolvimento cognitivo atual.** Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

VICENZI, Celso. **O analfabeto midiático.** Outras Palavras, São Paulo, ago. 2013.

Disponível em: <<https://outraspalavras.net/sem-categoria/o-analfabeto-midiatico>>.

Acesso em: 03 de abril 2018.

VYGOTSKY, L. S. **A Formação Social da Mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1989.